



# ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

CNPJ: 33.544.370/0001-49  
Declarada de Utilidade Pública pelo  
Decreto Federal nº 892 de 12/04/62,  
D.O.U. de 13/04/1962

## BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

ATIVO	2010	2009
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalente caixa (nota 7).....	347.785.286	310.754.545
Clientes e outros recebíveis (nota 8).....	4.433.538	4.640.973
Estoque (nota 10).....	334.001	312.013
Despesas antecipadas (nota 9).....	286.122	233.029
Outros Recebíveis.....	8.903.612	9.028.121
Outras contas a receber (nota 11).....	8.337.105	6.797.257
Provisão p/crédito de liquidação duvidosa.....	(1.821.583)	(1.768.508)
Total circulante.....	368.258.081	329.997.430
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Aplicações Financeiras.....	15.920.927	22.500.034
Cobrança Judicial.....	2.906.613	2.394.662
Depósitos Judiciais.....	3.171.867	2.894.307
Outros Recebíveis.....	28.977.730	25.082.319
Outras contas a receber.....	-	105.190
Provisão p/crédito de liquidação duvidosa.....	(15.920.927)	(22.500.034)
Investimentos.....	35.056.210	30.476.478
Imobilizado (nota 12).....	29.713	17.743
Imobilizado (nota 12).....	1.125.527.877	144.956.511
Intangível.....	1.375.323	1.007.727
Total do não circulante.....	1.161.989.123	176.458.459
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.530.247.204</b>	<b>506.455.889</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores (nota 13).....	2.061.576	1.367.221
Tributos e contribuições a recolher (nota 15).....	1.301.085	1.452.005
Salários e encargos sociais (nota 14).....	5.155.299	3.780.136
Outras obrigações (nota 17).....	7.934.522	6.642.064
Outras contas a pagar.....	2.648.367	5.543.165
Receitas antecipadas (nota 16).....	8.721.466	4.970.377
Total circulante.....	27.822.315	23.754.968
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 18)</b>		
Patrimônio Social.....	493.584.514	443.225.814
Ajuste de avaliação patrimonial.....	977.508.720	-
Superávits dos Exercícios.....	31.331.653	39.475.107
Total Patrimônio Líquido.....	1.502.424.888	482.700.921
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.530.247.204</b>	<b>506.455.889</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009 (Em reais)

**1. Contexto Operacional:** A Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS é uma "AS-SOCIEDADE" sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade nas áreas educacionais e assistenciais, cultura e Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 892, de 12 de abril de 1962. Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 41.567 de 24 de janeiro de 1997, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º: I - Manter e custear as atividades do Colégio Santo Inácio, Colégio Anchieta, Residência da Universidade Católica, Casa de Retiros Padre Anchieta localizados no Estado do Rio de Janeiro, e ainda, Colégio São Luís, Colégio São Francisco Xavier, Anchieta, Centro de Pastoral Santa Fé, Centro Inocenciano, Pátio do Colégio, Succursal e Vila Kostka, Localizados no Estado de São Paulo; II - Manter, de forma subsidiária, outras instituições de ensino, pesquisa, cultura e assistência social que contribuam para a realização de seus objetivos, podendo ainda criar outras instituições ou instituir, intervir em outras já existentes, bem como assumir a responsabilidade por meio de convênios, desde que as instituições guardem identidade com os objetivos delineados neste Estatuto; III - Promover a educação formal em todos os seus níveis, com também a educação profissionalizante, além de oferecer cursos, palestras, seminários, treinamentos, qualificação ou (re) qualificação profissional e que permitam a inserção social da população que se encontra em situação de risco social identificado; IV - Anunciar e promover os valores humanitários e cristãos, nas suas dimensões espiritual, cultural e de assistência social, desenvolvendo o diálogo inter-religioso e o espírito de solidariedade; V - Ampliar o conhecimento humano e a inclusão social, através da universalização de conhecimentos científicos, espirituais, artísticos e literários, veiculados por publicações editoriais; VI - Manter e promover centros e institutos de formação filosófica, teológica e espiritual, buscando o aperfeiçoamento da pessoa humana à luz dos princípios cristãos; VII - Promover e prover a preparação de pessoas habilitadas a difundir a fé cristã, de acordo com as orientações da Companhia de Jesus; VIII - Promover a inclusão social dos destinatários da política pública de assistência social, garantindo-lhes o acesso aos bens e serviços sociais, como instrumento de ampliação do conceito de cidadania; IX - Assegurar, através de projetos e programas ações que viabilizem a universalização do acesso das famílias, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos carentes aos direitos sociais, bem como a sua promoção e defesa; X - Promover o desenvolvimento de projetos de ação comunitária, de enfrentamento da pobreza, de geração de renda de cooperativas de produção e serviços, e de promoção social, em geral, com vistas a assegurar direitos à proteção da saúde e à família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; XI - Promover e manter projetos de natureza cultural, artística, científica e literária, bem como criar espaços destinados à difusão da cultura popular, ao resgate da memória nacional e a propiciar lazer à comunidade; XII - Promover a defesa e a preservação do meio ambiente, buscando a conscientização da comunidade através da divulgação e do ensino de noções de desenvolvimento sustentável; XIII - Viabilizar a habilitação e reabilitação dos portadores de deficiência e contribuir para sua integração à vida comunitária; XIV - Realizar atendimento social sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como a portadores de deficiência.

**Contexto Educacional:** Fundamentada em seus Estatutos Sociais, a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social tem por objetivo manter instituições de ensino que atuam em uma autêntica rede de promoção do conhecimento, de formação integral e de inclusão social de seu corpo discente. Em 2010, a Entidade atendeu em seus centros educacionais: Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro), Colégio Anchieta (Nova Friburgo-RJ), Colégio São Francisco Xavier (São Paulo) e Colégio São Luís (São Paulo), a 8.956 alunos nos diversos segmentos do ensino fundamental e médio. Aos destinatários da política pública de assistência social, foram concedidas 2.502 bolsas de estudo, considerando sempre a situação socioeconômica de cada aluno. **Contexto Social:** O trabalho realizado pela Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social busca otimizar as relações sociais estabelecidas e garantir que cada indivíduo seja visto como sujeito de direitos e protagonista de sua história, capaz de impulsionar as mudanças necessárias em nossa sociedade. Assim, na consecução de seus objetivos institucionais e em caráter permanente, a ANEAS investe no trabalho em rede, desenvolvendo, em diversas regiões do País, Programas de assistência social compostos por Projetos, ações estruturais e emergenciais sem fins lucrativos, visando à transformação da sociedade através da inserção e da promoção social da população em situação de exclusão.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2010, a Entidade adotou a Lei nº 11.639/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.121/08 (NBC T 1), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.185/09 (NBC T 19.27), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberação de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 877 de 2000 que aprovou a NBC T 10.19, alterada pelas Resoluções nºs. 926 e 966, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

**3. Formalidades da Escrituração Contábil (NBC T.2.1):** A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem e a data de lançamento, na forma contábil ou aceita pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

**4. Documentação da Escrituração Contábil (NBC T.2.2):** A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na forma contábil ou aceita pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

**5. Diretrizes Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber: a. Caixa e equivalente de caixa: São registrados pelo valor histórico das operações, representados basicamente por depósitos bancários. Os títulos e valores mobiliários são classificados baseados na intenção e capacidade financeira da Entidade nas categorias: (I) para negociação; (II) disponíveis para venda; e (III) mantidos até o vencimento. Os rendimentos auferidos por estes títulos são apropriados ao resultado, independentemente da categoria em que estejam classificados. Para a categoria I, a avaliação e a amortização é apropriada ao resultado, enquanto que na categoria II, é apropriada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. Já na categoria III é apropriada ao resultado somente quando da venda.

Descrição	Custo	Aquisição e Imobilização	2010		2009	
			Transferências	Ajuste de Avaliação	Depreciação	Imobilizado Líquido
Terenos.....	897.347	(339.979)	38.075.756	625.196.876	663.830.000	897.347
Edificações.....	122.222.462	3.013.574	(38.075.756)	363.201.065	(13.488.054)	122.222.462
Veículos.....	2.307.172	293.588	-	-	2.600.760	2.307.172
Móveis e utensílios.....	19.463.417	2.687.664	-	-	22.151.081	19.463.417
Equip. e instalações.....	66.113	6.633	-	-	72.746	66.113
	<u>144.956.512</u>	<u>5.661.479</u>	<u>0</u>	<u>988.397.941</u>	<u>(13.488.054)</u>	<u>1.125.527.877</u>

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e Interpretação Técnica ICP 10, a Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, para as classes de terrenos e edificações. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação elaborado pela BIRJ - Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro, com base nas especificações e critérios estabelecidos pelas Normas de avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT. A adoção dessa avaliação em 31 de dezembro de 2010 resultou em um ajuste de R\$ 988.397.941 no ativo imobilizado da Entidade. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio líquido da Entidade, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial". **Método de Depreciação:** A Entidade efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos no grupo de "edificações". A avaliação da vida útil foi realizada com base no laudo de avaliação preparado pela BIRJ - Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro. **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/08, CPC 01, Deliberação da CVM nº 527, NBC T 19.10, aprovada pela Resolução 1.110/10. Quando tais evidências são identificadas (o que não foi o caso em 2010), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração para efetuar esse teste avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três (2008 e 2009) exercícios sociais, mais o exercício em curso (2010) e projeções futuras (2011, 2012, 2013 e 2014). Concluiu que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

**13. Fornecedores:** O montante de R\$2.061.576 (R\$1.367.221 em 2009) registrado como fornecedores refere-se basicamente aos valores a pagar aos prestadores de serviços e fornecedores de materiais.

Salários e Encargos Sociais	2010	2009
Provisão de férias.....	4.323.369	2.979.762
Provisão de encargos sobre férias.....	114.479	120.634
FGTS a recolher.....	447.851	403.930
Outros.....	269.600	275.810
	<u>5.155.299</u>	<u>3.780.136</u>

Tributos e Contribuições a Recolher	2010	2009
IRRF a recolher.....	841.714	1.058.501
INSS a recolher.....	428.891	380.211
COFINS, CSLL e PIS a recolher.....	20.437	6.961
ISS a recolher.....	10.043	6.332
	<u>1.301.085</u>	<u>1.452.005</u>

16. Receitas Antecipadas	2010	2009
Aluguéis antecipados.....	7.970.279	3.802.476
Aluguéis antecipados.....	527.019	1.001.100
Taxa de materiais e serviços.....	217.095	168.802
Assinaturas de revistas.....	6.553	-
	<u>8.721.466</u>	<u>4.970.377</u>

Refere-se a parcelas de anuidades e/ou mensalidades recebidas antecipadamente. São alocados ao resultado do exercício mensalmente de acordo com a competência, à medida que as atividades pedagógicas são realizadas.

17. Outras Obrigações	2010	2009
Fundo comunidade religiosa.....	6.400.233	5.329.657
Processo IPTU.....	655.414	543.812
Caução de Aluguéis.....	641.930	641.930
Outros.....	236.945	341.182
	<u>7.934.522</u>	<u>6.642.064</u>

**18. Patrimônio Líquido:** 18.1 Patrimônio social: O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit ou déficit) ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e os ajustes de avaliação patrimonial. 18.2 Doações e subvenções: São provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. 18.3 Ajuste de exercícios anteriores: Conforme Lei nº 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores, os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade no valor de R\$ 5.627,19.

## DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

RECEITAS OPERACIONAIS BRUTA	2010	2009
Contribuições escolares (nota 19).....	110.955.056	101.661.510
Receitas patrimoniais (nota 20).....	36.483.883	32.768.883
Donativos de pessoas físicas.....	585.746	512.897
Donativos de pessoas jurídicas.....	514.397	1.779.115
Subvenções.....	-	264.748
Outras receitas.....	13.227.465	5.990.646
	<u>161.766.547</u>	<u>142.977.799</u>

CUSTOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS	2010	2009
Custos educacionais.....	(27.029.187)	(26.073.852)
Custos com assistência social.....	(16.125.261)	(19.430.052)
	<u>(43.154.448)</u>	<u>(45.503.704)</u>

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2010	2009
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal (nota 21).....	(69.868.879)	(63.032.537)
Despesas com depreciação e amortização.....	(13.488.054)	-
Despesas para provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(669.202)	(417.754)
Outras despesas (nota 22).....	(33.777.928)	(22.918.801)
	<u>(117.804.063)</u>	<u>(86.369.092)</u>

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2010	2009
Receitas financeiras (nota 23).....	31.465.646	29.349.267
Despesas financeiras.....	(942.029)	(979.163)
	<u>30.523.617</u>	<u>28.370.104</u>

RESULTADO OPERACIONAL	2010	2009
Superávits dos Exercícios.....	31.331.653	39.475.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

SALDO EM 31/12/2008	Patrimônio Social		Superávit do exercício	Ajuste patrimonial	Doações e subvenções	Total
	2008	2009				
Incorporação ao patrimônio social.....	46.802.564	(46.802.564)	-	-	-	-
Superávit do exercício.....	-	-	39.475.107	-	-	39.475.107
Doações e subvenções.....	-	-	-	-	(66.800)	(66.800)
Ajustes de exercícios anteriores.....	400.447	-	-	-	-	400.447
<b>SALDO EM 31/12/2009</b>	<b>443.225.814</b>	<b>39.475.107</b>	<b>39.475.107</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>482.700.921</b>
Incorporação ao patrimônio social.....	39.475.107	(39.475.107)	-	-	-	-
Superávit do exercício.....	-	-	31.331.653	-	-	31.331.653
Ajuste patrimonial.....	-	-	-	988.397.941	-	988.397.941
Realização do ajuste de avaliação patrimonial.....	10.889.220	-	(10.889.220)	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores.....	(5.627)	-	-	-	-	(5.627)
<b>SALDO EM 31/12/2010</b>	<b>493.584.514</b>	<b>31.331.653</b>	<b>977.508.720</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.502.424.888</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E 2009 (Em reais)

Estes recursos destinam-se a aplicação em suas finalidades institucionais. b. Mensalidades escolares a receber: Refere-se ao montante a receber dos contratantes da prestação de serviços de ensino e dos agentes financiadores, vencidos até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos valores a receber. c. Estoques: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. d. Ajuste a valor presente: Em cumprimento a Resolução 1.151/09 e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste a valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, positivamente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão composto os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, onde descrevermos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma (NBC T.19.7): • Todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedores, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela NBC T 19.30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. e. Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. f. Imobilizado: Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e Interpretação Técnica ICP 10, a Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, para as classes de terrenos e edificações. g. Receitas antecipadas: Refere-se a parcelas de anuidades e/ou mensalidades recebidas antecipadamente. São alocados ao resultado do exercício mensalmente pelo regime de competência, à medida que as atividades pedagógicas são realizadas. h. Demais passivos circulantes e não circulantes: Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. i. Ajuste do resultado: As receitas e despesas de qualquer natureza são registradas com base no princípio da competência, o qual leva em conta o fato gerador do evento. j. Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes. Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento. Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamento. Atividades de financiamentos: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Entidade. Para elaboração da demonstração do fluxo de caixa a Entidade adotou o método indireto. k. Demonstração do valor adicionado: Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição, durante determinado período.

**6. Processo de Consolidação:** O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: a) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as Entidades cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e b) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas Entidades.

**7. Caixa e Equivalente de Caixa**

	2010	2009
Caixa.....	124.051	89.206
Bancos conta movimento.....	2.462.967	3.148.002
Aplicações financeiras.....	-	-
Aplicações de liquidez imediata.....	20.319.827	15.882.984
Aplicações financeiras de renda fixa.....	323.419.973	290.777.927
Aplicações em caderneta de poupança.....	1.458.248	39.475.107
	<u>345.198.238</u>	<u>307.517.337</u>
	<u>347.785.286</u>	<u>310.754.545</u>

As aplicações financeiras são compostas por aplicações de curto prazo em CDB (Certificado de Depósito Bancário), RDB (Recibo de Depósito Bancário), Fundos de Investimentos e Caderneta de Poupança. São demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos apropriadas até a data do balanço patrimonial, com base no regime de competência. As aplicações financeiras mantidas junto ao Banco Santos S.A. foram totalmente provisionadas em 31 de dezembro de 2008.

8. Clientes e Outros Recebíveis	2010	2009
Anuidades escolares a receber.....	2.850.483	2.732.261
Cobrança judicial - mensalidades escolares.....	1.583.055	1.908.714
	<u>4.433.538</u>	<u>4.640.973</u>

**9. Despesas Antecipadas:** O montante de R\$ 286.122 (R\$ 233.029 em 2009) refere-se basicamente a assinaturas de jornais e revistas, prêmios de seguros, vales transportes e ticket's refeições.

**10. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se basicamente a produtos de almoxarifado. O valor total escriturado em estoque no exercício de 2010 é de R\$ 334.001 (R\$ 312.013 em 2009). A provisão para desvalorização de estoques é constituída, quando necessária, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

11. Outras Contas a Receber	2010	2009
Aluguéis a receber.....	3.615.625	3.393.604
Adiantamentos a funcionários, fornecedores e projetos.....	2.325.216	1.692.529
Tributos a recuperar.....	42.411	33.833
Outras contas a receber.....	2.353.853	1.782.681
	<u>8.337.105</u>	<u>6.902.447</u>

Circulante	2010	2009
------------	------	------



# ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

CNPJ: 33.544.370/0001-49  
Declarada de Utilidade Pública pelo  
Decreto Federal nº 892 de 12/04/62,  
D.O.U. de 13/04/1962

34. Demonstração do Resultado por área de atuação: Conforme determina o decreto Lei nº 7.237, de 20 de julho de 2010, demonstraremos abaixo a conciliação das rubricas de resultado segregadas por segmentos

Descrição	2010
<b>1- Receitas Bruta prestação de serviço educacional</b>	<b>117.531.294</b>
(+) Receitas educacionais educação básica	110.955.056
(+) Outros serviços educacionais (taxas, serviços de secretaria)	6.576.238
<b>1.1 Deduções (Lei nº 6404/76)</b>	<b>(34.228)</b>
(-) Cancelamentos	(140)
(-) Devoluções	(34.088)
<b>1.2 - Receita líquida de prestação serviço educacional</b>	<b>117.497.066</b>
<b>1.3 (=) Superávit bruto serviço educacional</b>	<b>117.497.066</b>
<b>1.4 Despesas operacionais área educacional:</b>	<b>(115.423.338)</b>
<b>1.4.1 Despesas administrativa e operacional:</b>	<b>(88.428.380)</b>
(-) Gastos com pessoal e encargos	(61.059.245)
(-) Serviços de terceiros	(5.072.976)
(-) Depreciação e amortização	(10.099.964)
(-) Despesas financeiras	(907.259)
(-) Despesas gerais	(11.288.936)
<b>1.4.2 Despesas com assistência educacional</b>	<b>(26.994.958)</b>
(-) Bolsa 100% educação básica - critério legislação vigente (Lei 12.101/09)	(15.522.064)
(-) Bolsa 50% educação básica - critério legislação vigente (Lei 12.101/09)	(2.541.052)
(-) Bolsas remanescentes - Critério legislação vigente (Lei 12.101/09)	(1.787.619)
(-) Bolsas institucionais sindicais	(2.967.155)
(-) Bolsas filhos de funcionário	(1.679.959)
(-) Bolsas institucionais sociais	(2.495.819)
(-) Outras bolsas	(1.290)
(=) Superavit Operacional Educacional	<b>2.073.728</b>

Descrição	2010
<b>2. Despesas operacionais área social:</b>	<b>(17.887.505)</b>
<b>2.1 Despesas administrativa e operacional:</b>	<b>(1.762.243)</b>
(-) Gastos com pessoal e encargos	(1.428.967)
(-) Serviços de terceiros	(74.962)
(-) Despesas gerais	(258.266)
(-) Despesas financeiras	(48)
<b>2.2 Despesas com assistência social</b>	<b>(16.125.262)</b>
(-) Atividades educacionais próprias - critério legislação vigente (Lei 12.101/09)	(124.220)
(-) Atividades educacionais parceiros - critério legislação vigente (Lei 12.101/09)	(3.343.129)
(-) Programas de assistência social própria - Critério legislação vigente (Lei 12.101/09)	(1.065.929)
(-) Programas de assistência social parceiros - Critério legislação vigente (Lei 12.101/09)	(7.225.200)
(-) Outras ações não contempladas na lei	(4.366.764)
(=) Déficit Operacional Social	<b>(17.887.505)</b>
<b>3- Receitas das atividades associativas</b>	<b>75.700.901</b>
(+) Receitas Patrimoniais	36.483.883
(+) Receitas sobre aplicações financeiras	31.465.647
(+) Receitas com doações	1.100.144
(+) Outras receitas	6.651.227
<b>3.1 - Receita líquida das atividades associativas</b>	<b>75.700.901</b>
<b>3.2 (=) Superávit bruto das atividades associativas</b>	<b>75.700.901</b>
<b>3.3 Despesas operacionais atividades associativas:</b>	<b>(28.555.470)</b>
(-) Gastos com pessoal e encargos	(7.377.806)
(-) Serviços de terceiros	(5.735.048)
(-) Depreciação e amortização	(3.388.090)
(-) Despesas financeiras	(34.722)
(-) Despesas gerais	(12.019.804)
(=) Superávit Operacional das atividades associativas	<b>47.145.431</b>
<b>4- (=) Superávit do Exercício (consolidado)</b>	<b>31.331.653</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Diretoria: 1) Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas Demonstrações do Superávit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 20 de abril de 2010, que conteve modificação. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. São Paulo - SP 25 de março de 2011.

<b>AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 2SP 024298</b>	<b>Alexandre Chiaratti do Nascimento</b>
<b>Carmo Antônio Marino</b>	<b>CPF: 147.823.488-19</b>
<b>CPF: 001.124.618-9</b>	<b>CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI-SP-1620</b>
<b>CT-CRC: 1SP 053.925/O-4</b>	

São Paulo, 31 de dezembro de 2010

**EDNARDO SERAFIM DE SOUSA**  
Diretor Presidente - CPF: 054.163.218-30

**MARCÍLIO DE OLIVEIRA PACHECO**  
Contador CRC- RJ 066.536/0-1 - CPF: 731.397.507-49

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Conselho Fiscal da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANEAS, no exercício de suas funções legais e estatutária, na reunião realizada em 27 de abril de 2011, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes "Audisa Auditores Associados", Relatórios de Atividades no âmbito das Ações Filantrópicas Educacionais e de Assistência Social, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. 2. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, os referidos documentos contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e autoriza, após aprovação pela Assembleia Geral a Publicação do Balanço.

**Nelson Lopes da Silva**  
Presidente do Conselho Fiscal

**Pedro Magalhães Guimarães Ferreira**  
1º Conselheiro e secretário ad hoc

**Jorge Leon Raad**  
2º Conselheiro.